

Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010^{1,2}

Eliseu Alves³
Geraldo da Silva e Souza⁴
Renner Marra⁵

Resumo – Este artigo trata da contribuição do êxodo rural na urbanização brasileira, de 1950 a 2010, e discute também o efeito da concentração da produção e as políticas de transferência de renda na agricultura familiar, nesse êxodo. Conclui-se que a contribuição do êxodo rural foi expressiva de 1960 a 1980. Em seguida, perdeu ímpeto e, de 2000 a 2010, foi responsável por apenas 3,5% de toda a urbanização. Uma das principais causas do êxodo rural é a concentração de produção, 9,7% do total dos estabelecimentos contribuiu com 86,4% do valor bruto da produção. E 70,7% de todos os estabelecimentos foram responsáveis por apenas 3,4% daquele valor. Estima-se que 11 milhões de pessoas vivam nessa situação de penúria.

Palavras-chave: concentração da produção, êxodo rural, população.

Exodus and its contribution to urbanization from 1950 to 2010

Abstract – This article deals with the “contribution of rural urbanization in Brazil in the period 1950 to 2010”, and also discusses the effect of concentration of production and income transfer policies on family farming in the exodus. We conclude that the contribution of the rural exodus was significant in the period 1960–1980. Then lost momentum and, in the period 2000–2010 accounted for only 3.5% of the urbanization. One of the main causes of rural exodus is the concentration of production, 9.7% of total establishments contributed to 86.4% of the gross value of production. And 70.7% of all establishments were responsible for only 3.4% of that amount. It is estimated that 11 million people live in situation of poverty.

Keywords: concentration of production, rural exodus, population.

¹ Original recebido em 16/5/2011 e aprovado em 20/5/2011.

² Agradeço a contribuição de Daniela de Paula Rocha - Fundação Getúlio Vargas.

³ Eliseu Alves, Ph. D em Economia Agrícola, assessor do diretor-presidente. E-mail: eliseu.alves@embrapa.br

⁴ Geraldo da Silva e Souza, Doutor em Estatística, pesquisador da embrapa. E-mail: geraldo.souza@embrapa.br

⁵ Renner Marra, economista e analista da Embrapa. E-mail: renner.marra@embrapa.br

Introdução

Neste trabalho, estuda-se a migração rural – urbana no período que compreende 6 décadas, começando de 1950 a 1960 e terminando de 2000 a 2010. Nos períodos, 1950–1960, 1960–1970 e 1970–1980, o êxodo rural se acelerou, chegando, no período 1970–1980, a transferir, para o meio urbano, o equivalente a 30,0% da população rural existente em 1970, ano em que migraram 12,5 milhões de pessoas.

De lá para cá, a migração rural perdeu um pouco do ímpeto inicial. Na última década, migraram 5,6 milhões de pessoas, 17,6% da população rural presente em 2000. Apesar da redução de intensidade, o vulto é ainda muito grande. Em número de migrantes, as principais contribuições têm origem no Nordeste, com 2,2 milhões, e no Sudeste, com 1,9 milhão. Em terceiro lugar, está o Sul, com 1,2 milhão.

No passado, o êxodo rural contribuiu para a urbanização do Brasil. No período 1950–1960, chegou a ser responsável por 17,4% do crescimento populacional das cidades, e foi muito importante nas duas décadas seguintes. Na década de 2000–2010, por ter importância diminuída, perdeu ímpeto, quando explicou apenas 3,5% daquele crescimento.

Mantido o ritmo atual, o êxodo deixa de ser preocupação para nossa urbanização. Contudo, não se pode esquecer de que, no Nordeste, existe grande reserva de migrantes no meio rural. Em circunstâncias desfavoráveis naquele meio, essa reserva pode inflar a migração rural-urbana.

As pessoas migram porque acham que vão melhorar de vida no novo destino escolhido (cidade, estado ou região). Pelo *Censo Agropecuário 2006*, o valor bruto da produção do estabelecimento nordestino é significativamente inferior à média nacional e ainda em muito pior situação, quando comparado com as três regiões sulinas. Esse desnível pesará muito na decisão de migrar, do nordestino.

Metodologia

A metodologia e a lógica, pela qual se calcula o número de migrantes, estão detalhadas em Alves e Marra (2009). Assim, para se calcular o número de migrantes, usou-se a fórmula

$$M = A_0 \frac{(e^{ra} - 1)(b - a)}{a}$$

considerando-se 6 décadas e os dados liberados recentemente pelo IBGE, especialmente para o *Censo Demográfico 2010*. Assim, os resultados já publicados sobre o êxodo foram atualizados, de modo a incluir a última década e mudanças feitas pelo IBGE. Na fórmula, M é o número de migrantes do período, (geralmente década), exceto 1980–1991, no caso, 11 anos, e 1991–2000, 9 anos; A_0 é a população rural do início do período; a e b as taxas instantâneas de crescimento da população rural e da população total; e r é o número de anos do período.

A Tabela 1 mostra os dados de migração rural-urbana e chama atenção para o vulto das migrações em todo o período. Mesmo no período 2000–2010, 5,6 milhões de brasileiros deixaram o meio rural, ou seja, 17,6% da população rural presente em 2000.

Medida pela proporção dos migrantes, em relação à população do ano-base do período, a migração desacelerou nos dois últimos períodos, em todas as regiões. Ou seja, está perdendo ímpeto, mas o número de migrantes e a velocidade são ainda elevados, em todas as regiões, exceto no Norte.

Contudo, somente o Nordeste tem um grande número de migrantes potenciais para afetar a urbanização, e de baixa renda, como se verá.

Assim, convém destacar dois períodos importantes:

Período 1950–1980 – É dominado pelas políticas de industrialização de substituição de importação. Seu sucesso criou poderoso e diversificado mercado urbano de trabalho, a começar

Tabela 1. Número de migrantes de seis períodos, Brasil e regiões, e relação (em %) do número de migrantes para a população rural do ano-base.

Item ⁽¹⁾	Período					
	1950–1960	1960–1970	1970–1980	1980–1991	1991–2000	2000–2010
Brasil						
Migrantes	5.419.055	8.908.981	12.489.278	10.340.087	9.070.981	5.604.627
Migr./pr. base %	16,34	22,85	30,02	26,42	25,17	17,61
Norte						
Migrantes	69.791	95.878	(254.205)	(219.343)	1.024.137	163.278
Migr./pr. base %	4,84	5,08	(10,57)	(6,51)	23,68	4,20
Nordeste						
Migrantes	2.846.062	2.546.393	3.474.871	4.037.359	4.209.048	2.207.535
Migr./pr. base %	21,51	17,27	20,81	23,12	25,18	14,95
Centro-Oeste						
Migrantes	(112.763)	(26.663)	754.664	657.128	458.758	153.867
Migr./pr. base %	(21,51)	(1,58)	33,22	32,00	26,01	9,98
Sudeste						
Migrantes	2.495.498	5.715.661	4.432.268	3.108.978	1.685.673	1.898.952
Migr./pr. base %	21,10	43,16	40,35	34,43	22,44	27,78
Sul						
Migrantes	113.276	549.214	4.058.668	2.744.885	1.693.061	1.178.764
Migr./pr. base %	18,97	7,40	43,88	37,99	29,58	24,64

⁽¹⁾ Migr./pr. base % = relação (%) do número de migrantes para a população rural do ano-base.

Fonte: IBGE (2010a).

pelo Estado de São Paulo, irradiando-se no Sudeste, no Sul, no Centro-Oeste e no Nordeste.

Atraídas por esse poderoso mercado, as populações rurais migraram para as cidades. Como não poderia deixar de ser, o êxodo rural ganhou velocidade e se acelerou no Sudeste, em decorrência da industrialização do referido estado.

Na década 1960–1970, o Sudeste perdeu 43,2% de sua população rural e, na década 1970–1980, 40,3%. Seguindo-se o processo de industrialização, que se irradiou do Sudeste

para o Sul e para o Centro-Oeste, com algum atraso, o êxodo rural também se intensificou naquelas regiões, drenando grande parte da população rural, a qual, hoje, só tem maior vulto no Nordeste.

Por isso, nas 2 últimas décadas, essa região experimentou grande migração rural-urbana, também motivada pelas luzes das cidades, das suas cidades e das do Sul do País.

Período 1990–2010 – As políticas de substituição de importação deixaram de existir. A industrialização seguiu seu curso, descentrali-

zando-se para as médias e pequenas cidades, na esteira do agronegócio. Elas passaram a competir fortemente com o meio rural por trabalho e, ao lado das megalópoles, são essas cidades que se constituem em grandes polos de atração de trabalhadores, mormente aqueles do meio rural.

Tanto o Sudeste como o Sul perderam expressiva parcela de sua população rural para as cidades, não obstante a pujança de seu agronegócio e o pequeno tamanho de sua população rural.

No Centro-Oeste, a pujança do agronegócio reduziu o ímpeto do êxodo rural, mas essa região também abriga diminuta população rural.

Na região Norte, de pequena população rural, o êxodo é muito influenciado pela Zona Franca de Manaus. Pela urbanização e pelas péssimas condições de vida humana, no interior. Grandes investimentos do governo, em hidrelétricas, vão acelerar a urbanização e o êxodo rural. O mesmo efeito deve ter o endurecimento das políticas contra o desmatamento.

O que restou de população rural?

Dos 191 milhões de brasileiros, apenas 29,8 milhões estão no meio rural, ou seja, apenas 15,6% da população brasileira. Grande parte

dos rurícolas se concentra no Nordeste, 14,3 milhões, 47,8% de todos eles.

A segunda região de meio rural mais populoso é o Sudeste, com 5,7 milhões de habitantes, 19,1% do total. O Centro-Oeste é um grande vazio, com 1,6 milhão. O Norte e o Sul – com 4,2 e 4,1 milhões de habitantes respectivamente – praticamente se equivalem, sendo primeiro um grande vazio demográfico, com a população se urbanizando rapidamente, embora tenha se retardado nesse aspecto.

Para se ter uma ideia do potencial migratório, é preciso saber o que cada estabelecimento produziu em termos do valor da produção. A última coluna da Tabela 2 mostra o valor bruto da produção (VBP) por estabelecimento, em R\$, e por ano, incluindo-se autoconsumo. O Nordeste rural tem uma renda muito menor que aquela das regiões sulinas. Portanto, lá está o potencial migratório.

Por apresentar população rural relativamente pequena, não é o meio rural das demais regiões que mais pressiona seus habitantes mudarem de residência, mas muito mais a pujança das cidades vizinhas, em processo de industrialização rápida, pela atração que elas exercem.

No Nordeste, essa atração também se manifesta, mas a ela se juntam as condições hos-

Tabela 2. População rural em 2010 no Brasil, e valor bruto da produção por estabelecimento (VBP/EST), em R\$ – Censo Agropecuário 2006.

Regiões e Brasil	Número	%	VBP/EST
Norte	4.202.494	14,1	20.199,13
Nordeste	14.261.242	47,8	12.367,08
Centro-Oeste	1.570.468	5,2	91.177,27
Sudeste	5.691.847	19,1	58.033,84
Sul	4.126.935	13,8	43.991,28
Brasil	29.852.986	100,0	32.199,13

Fonte: IBGE (2010a, 2010b).

tis de seu meio ambiente, quando a irrigação não está disponível. Assim, naquela região se juntam as forças de atração das cidades e a hostilidade do meio ambiente, a exceção de polos muitos promissores, já tocados pela modernização da agricultura. Embora de grande importância, esses polos precisam ser muito fortalecidos para contraporem-se às forças ambientais hostis.

Qual o efeito da concentração da produção no êxodo rural?

Para estabelecer a concentração da produção, dispomos dos dados modificados do IBGE. Pouco mudou em relação à reportada em Alves e Rocha (2010). Enfatizaremos apenas o Brasil, e afirmamos que a concentração da produção em poucos estabelecimentos é enorme, a ponto de somente 29,3% dos estabelecimentos terem tido participação ativa na produção. E desses 27.434 (0,5% do total) produziram 51,0% do VBP.

Primeiro, uma digressão sobre o tamanho da agricultura familiar. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) usa, como definição, as condições de enquadramento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ou seja, as condições exigidas de acesso a crédito desse programa. Nessa condição, a agricultura familiar contribuiu com 22,8% do VBP e abrangeu 64,4% dos estabelecimentos.

Observando a definição constitucional de agricultura familiar, o IBGE tem uma definição mais elástica, e, por ela, a agricultura familiar contribui com 38% do VBP e cobre 84% dos estabelecimentos. Outras duas definições são possíveis.

A definição de agricultura familiar, no Brasil, está relacionada à unidade familiar, enquanto o estabelecimento está relacionado à unidade produtiva. Embora a situação mais frequente seja de uma família estar associada a apenas um estabelecimento, existem casos de famílias com mais de um estabelecimento agropecuário.

Assim, existe uma pequena superestimação do público pertencente à agricultura familiar no Censo Agropecuário de 2006, por considerar cada estabelecimento como uma unidade familiar. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, em 2007, feita pelo IBGE, por exemplo, aponta que a participação de produtores com mais de uma área de empreendimento é de apenas 0,8% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2009).

Nos Estados Unidos, a agricultura familiar é definida pela propriedade que tem seus negócios operados e gerenciados por uma família e, muitas vezes, transmitida de geração em geração. Embora a definição de agricultura familiar tenha mudado um pouco ao longo do tempo, as fazendas classificadas como de agricultura familiar mudaram pouco desde 1996, variando em 1997: em 97,1%, 1998: em 98,3% de todas as fazendas, nos Estados Unidos. (USDA, 2010).

Mais próximos da definição americana devemos excluir os agricultores que têm uma estrutura empresarial, não gerida pela família, ou com pequena ingerência direta dela.

A Tabela 3 mostra a existência de 27.434 estabelecimentos, que produziram 51% do VBP. O restante produziu 49% do valor bruto da produção. Reconhecendo ser essa a contribuição da agricultura familiar, ela se acercou de 99,5% dos estabelecimentos e produziu 49% do VBP.

A Tabela 3 também mostra 3.125.805 estabelecimentos (60,4% do total), e estes relataram produção – só produziram 3,4% da produção, R\$ 1.815,75 por estabelecimento por ano, R\$ 151,31/estabelecimento/mês e, finalmente, R\$ 0,50 de salário mínimo mensal por estabelecimento.

A esses, adicionam-se 534.172 estabelecimentos (10,3% do total), possivelmente chacareiros que não indicaram produção. Ao todo, são 70,7% de todos os estabelecimentos que só produziram 3,4% do valor bruto da produção, candidatos às políticas de transferências de renda do governo.

Tabela 3. Distribuição do valor bruto da produção (VBP) em classes de R\$ 1.000, número de estabelecimentos (est.), VBP/ano, estabelecimento/ano, est./ano/mês e est./salário mínimo (slm) mensal⁽¹⁾.

Classes de R\$ 1.000	Número de estabelecimentos	%	VBP/ano	%	VBP/estabelecimento/ano	VBP/estabelecimento/mês	VBP/estabelecimento/slm/mensal
Sem declaração	534.172	10,3	-	-	-	-	-
(0 a 7,2]	3.125.805	60,4	5.675.674.214	3,4	1.815,59	151,30	0,50
(7,2 a 36]	1.012.038	19,6	16.930.490.944	10,2	16.729,11	1.394,09	4,65
(36 a 720]	476.187	9,2	59.044.832.397	35,4	123.995,57	10.332,96	34,44
>720	27.434	0,5	84.995.258.889	51,0	3.098.172,30	258.181,03	860,60
Total	5.175.634	100,0	166.645.756.444	100,0	32.198,13	2.683,18	8,94

⁽¹⁾ Salário mínimo (slm) mês = R\$ 300,00.

Fonte: IBGE (2010a).

Além disso, o que pode ser feito por eles, além de transferência de renda?

Em média, são três pessoas por estabelecimento, com 0,5 salário mínimo mensal de 2006. Nessa classe, entre os que relataram produção, existem 9.377.415 pessoas (três por estabelecimento) prontas para “por o pé na estrada”, se não fossem pelos benefícios que já recebem na forma de transferência de renda. Esses benefícios são importantes, para retardar as migrações.

Veja, que dos 3.125.805 estabelecimentos, 61% estão no Nordeste, exatamente a região de maior potencial migratório e de meio ambiente mais hostil. Em mil estabelecimentos, tem-se:

- Norte = 271.
- Nordeste = 1.906.
- Sudeste = 427.
- Sul = 393.
- Centro-Oeste = 128.

Evidentemente, eles pesam no potencial migratório dessas regiões, que é pequeno, mas não desprezível, quando comparado com o do Nordeste.

Há uma solução na agricultura, para seu problema de pobreza?

Fosse dada à pergunta a resposta negativa, em termos de uma solução agrícola para o problema de pobreza, o público da agricultura familiar se restringiria a 1.012.038 estabelecimentos (19,6 % do total), no sentido de um cuidado especial e intenso, tipo Pronaf. Eles produziram 10,2% do valor da produção, em torno de R\$ 4,65 salários mínimos por mês.

Há ainda muitos estabelecimentos na classe de R\$ 36 mil a R\$ 720 mil, em torno de 9,2% do total de estabelecimentos que podem ser assistidos pela agricultura familiar, mas pelo crédito, sem os procedimentos do Pronaf, e também pela extensão particular. Eles produziram 35,4% do VBP.

Assim, os dois grupos produziram 45,6% do VBP, mas, como indicado, a assistência da agricultura familiar será diferenciada. Quanto ao VBP, essa é a segunda definição de agricultura familiar, bem mais próxima da do IBGE. Os dois grupos abrangeram 28,8% do total de estabelecimentos. Aqui está uma nova forma de definição da agricultura familiar.

A definição de agricultura familiar pode variar muito, e, assim, sua participação no número total de estabelecimentos e no VBP. É importante ter uma definição de agricultura familiar? A do Pronaf é vital, porque estabelece as regras do crédito rural para esse grupo. As demais aumentam a inclusão no VBP e no número de famílias assistidas. Contudo, carecem de pragmatismo, quando não consideram, de frente, o problema de saber o que fazer com esse imenso grupo de 3.125.805 milhões de estabelecimentos que ficaram à margem da grande aventura, que é produzir.

O que gera a concentração da produção?

A resposta clássica é a concentração de terra. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) desenvolve também essa ideia. De fato, numa agricultura tradicional, terra e trabalho explicam a produção. Mas, nesse tipo de agricultura, terra e trabalho estão numa proporção fixa, de um para o outro. Assim, somente terra explica toda a produção. Contudo, grande parte da produção de pelo menos 86,4% do VBP nada tem a ver com a agricultura tradicional. Portanto, a resposta clássica já não cabe mais.

Mas, o que mostram os dados do Censo Agropecuário 2006? Foi estimado um modelo econométrico, tipo Cobb-Douglas, para uma amostra de 81.008 observações dos estabelecimentos reportados pelo referido Censo. A amostra baseou-se nas classes de VBP da Tabela 3 e nas regiões, cuidando-se da endogeneidade de variáveis por procedimento adequado, cujos resultados ainda são preliminares.

O R^2 resultou igual a 0,87 e os sinais dos coeficientes aderiram-se à teoria. Há três variáveis no modelo *terra* e *trabalho*, e a variável *outro* e *dummies* de intercepto. A variável *outro* agrega insumos modernos, tipo máquinas e equipamentos, fertilizantes, agrotóxicos, eletricidade, combustíveis medidos em serviços. Esses insumos não são usados pela agricultura tradicional.

Considerando-se um aumento de 100% do VBP, a contribuição de cada fator é a seguinte:

- Terra = 18,4%.
- Trabalho = 19,5%.
- Outros = 62,1%.
- Terra + trabalho = 37,9%.

Ressalte-se ser a contribuição da terra somente de 18,4%. O trabalho se divide em trabalho especializado e em trabalho tradicional, mas o estudo não separou essas duas categorias.

Veja o poder de explicação da variável *outros*, a qual agrega os insumos não usados pela agricultura tradicional. Logo, o *Censo Agropecuário 2006* rejeita a afirmação de que concentração da produção seja somente devida à concentração da terra. Pelo contrário, seu poder de explicar o crescimento do VBP é relativamente pequeno. Avulta o da tecnologia. Há muitos estabelecimentos com menos de 100 ha que participam das categorias de VBP elevado. O estudo referido irá detalhar esse aspecto.

Portanto, a modernização da agricultura é a principal causa da concentração da produção. A outra face da moeda diz também que a exclusão de milhões de agricultores da modernização da agricultura é causa principal da elevadíssima concentração do VBP.

Na luta por melhor distribuição de renda no meio rural, não há como escapar da inclusão de milhões de agricultores na agricultura moderna. Outro caminho, quem sabe inevitável, é deixá-los migrar para as cidades.

Qual a influência do êxodo no crescimento das cidades?

Quando uma pessoa migra, ela muda-se para uma cidade da sua região ou de outra região. No caso do Brasil, isso não afeta em nada. Mas, para cada região, o efeito pode ser grande. Por isso, neste estudo, nos restringimos ao Brasil.

Para isso, precisamos das seguintes definições:

$urb. prevista = cresc. natural da pop. urbana + migração$

$$cresc. natural = u_0 e^{br},$$

em que r é o número de anos do período; b é a taxa instantânea de crescimento da população total do Brasil, no período; u_0 é a população urbana presente do ano-base do período.

$$erro = \frac{(urb. observada fim período - urb. prevista) \times 100}{urb. observada fim período}$$

$$Contribuição \hat{e}xodo = \frac{M \times 100}{urb. prevista}$$

A última coluna da Tabela 4 (Erro de previsão) – mostra que os erros de previsão de urbanização, em relação à observada, foram pequenos, especialmente nos últimos períodos, o que significa bom ajuste do modelo.

Assim, a contribuição do êxodo rural foi expressiva no período 1960–1980. Em seguida, perdeu ímpeto e, no período 2000–2010, foi responsável por apenas 3,5% de toda a urbanização.

O que significa essa conclusão?

No ritmo atual, o êxodo rural exerce pouco impacto na urbanização brasileira. Contudo, deve-se ter sempre em mente que essa reserva de migrantes do Nordeste é muito importante para essa região.

Tabela 4. Períodos, contribuição do êxodo rural para a urbanização e erro de previsão de urbanização no Brasil.

Período	Contribuição do êxodo rural (%)	Erro de previsão (%)
1950–1960	17,4	2,86
1960–1970	17,2	2,62
1970–1980	15,6	2,08
1980–1991	9,4	0,97
1991–2000	6,6	0,51
2000–2010	3,5	0,22

Fonte: IBGE (2010a).

Qual o potencial de migrantes?

A região Nordeste poderia ter ficado com a população rural do Sudeste. Nesse caso, teria perdido um adicional de 8,6 milhões de pessoas para as cidades. Isso nunca ocorrerá numa década.

Contudo, é um aviso para se estimular a agricultura nordestina e também cuidar, com políticas de transferência de renda daquele ruralista com pequena chance de resolver seu problema de pobreza na agricultura.

Considerações finais

Na última década, o êxodo rural diminuiu muito, tanto em número de migrante como em termos de sua influência na urbanização. Pela baixa renda e pelo tamanho de sua população, o Nordeste é a região que tem grande potencial migratório.

Investimentos na agricultura irrigada e nos seus polos de produção de grãos, além das políticas de transferência de renda, são altamente recomendados para manter o ruralista nordestino no campo, e, assim, impedir que seu potencial migratório se concretize muito rapidamente.

Em todo o Brasil, investimento no agronegócio é fundamental para aumentar a renda dos agricultores e tornar a vida no campo em condições de se opor às luzes das cidades.

Há 3,1 milhões de estabelecimentos com VBP muito baixo, 0,5 salário mínimo por mês e por estabelecimento. Cabe detalhar esse imenso grupo para ver quantos estabelecimentos há nele, em condições de responderem a estímulos econômicos e quantos devem ser objeto exclusivo de políticas de transferência de renda.

O emprego em tempo parcial é bem-vindo, bem como o estímulo à industrialização nas áreas rurais e em pequenas cidades. Esse grupo – e aqueles que informaram nada ter produzido – correspondem a 70,7% de todos os estabelecimentos e foram responsáveis por apenas 3,4% do VBP.

O esforço louvável para mostrar a relevância da agricultura familiar nos faz esquecer da imensa concentração da produção. Ora, 27.434 produtores (0,5% do total) foram responsáveis por 51% do VBP. Por sua vez, 504 mil produtores (9,7% do total) produziram 85,6% do VBP. Essa é a revelação dramática do *Censo Agropecuário 2006*.

A modernização da agricultura explica parte importante da concentração da produção, como também os 3,6 milhões de estabelecimentos que ficaram ao lado da agricultura moderna. Redistribuir terra – sem incluir esse grupo no processo de modernização – não contribuirá para melhorar a distribuição de renda nos campos.

A solução de mercado será deixá-los migrar. Inevitável, como os dados acima mostraram, se a modernização, como é até agora, ficar nas mãos de 29,3% dos estabelecimentos.

Referências

ALVES, E.; MARRA, R. A persistente migração rural-urbana. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, DF, v. 8, n. 4, out./dez., p. 5-17, 2009.

ALVES, E.; ROCHA, D. de P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R. (Org.). **A agricultura brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília, DF: Ipea, 2010. p. 275-289.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Quem produz o que no campo**: quando e onde II: censo agropecuário 2006: resultados: Brasil e regiões. Rio de Janeiro: FGV; IBRE; Brasília, DF: CNA, 2010. 192 p.

IBGE. **Agricultura familiar**: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/ess_test_folder/World_Census_Agriculture/Country_info_2010/Reports/BRA_BRA_REP_2006.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 7 dez. 2010a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário de 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 8 dez. 2010b.

USDA. United States Department of Agriculture. Briefing Rooms: Farm household economics and well-being: glossary. **Economic Research Service**, Washington, DC, 2010. Disponível em: <<http://www.ers.usda.gov/briefing/wellbeing/glossary.htm>>. Acesso em: 8 ago. 2011.